

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

Pregão eletrônico nº. 030/2025

Processo administrativo nº. 095/2025

HAMBURGO CANTINA LTDA-ME, inscrita no CNPJ n. 09.278.515/0001-22, com sede na Avenida Coronel Travassos, nº. 742, Ouro Branco, Novo Hamburgo/RS. CEP: 93.412-000, com domicílio eletrônico hamburgocantina@gmail.com, licitante no certamente licitatório devidamente qualificado, vem, com amparo no artigo 165, inciso I, alínea "c", da Lei n. 14.133/21, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da habilitação da empresa classificada, o que faz pelas razões que passa a expor.

Desde já, requer seja recebido o presente recurso no seu efeito suspensivo e que seja oportunizado o juízo de retratação por parte do Pregoeiro. Não havendo retratação da decisão por parte da comissão licitante, requer seja o recurso remetido à autoridade superior com o objetivo de que se tenha o devido julgamento nos termos da Constituição Federal e da legislação vigente, de acordo com o art. 165, §2º e artigo 168 da Lei n.14.133/21.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Cumprido esclarecer, inicialmente, que a recorrente manifestou a sua intenção de recorrer ao final da sessão, no dia 03/06/2025, conforme ata do processo licitatório, portanto, por corolário lógico, o recurso restará tempestivo até o dia 06/06/2025, nos termos do artigo 165, I, da Lei 14.133/21.

II – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Inobstante, encerrada esta etapa, o R. Pregoeiro seguiu com o Certame, tendo declarado a empresa vencedora. Solicitou se o valor apresentado era a última oferta e após a afirmativa, homologou a proposta, dando por encerrada a etapa.

Determinou o prazo para o envio da documentação pertinente, o que fora cumprido pela empresa e posteriormente, declarou a mesma devidamente habilitada.

Conforme análise dos documentos apresentados para Habilitação da empresa ora vencedora, conforme edital, observou-se que a empresa, não apresentou alguns documentos obrigatórios, dentre eles podemos destacar:

- 1) 7.1.2.3. - *Prova de Regularidade Estadual*, está vencida desde 03/08/2024;
- 2) 7.1.4.1. - *Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado*, da qual foram apresentados 03 (três) atestados, mas todos emitidos em 2022.

E por conta destes itens, impossibilitaria a mesma de ser habilitada nesse certame, o que foi erroneamente declarada como habilitada. A recorrente apresenta suas razões e fundamentos, objetivando a reversão da dita habilitação, visto que entende ter descumprido os requisitos editalícios.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

Ademais, há de prevalecer, sempre, o interesse público, da melhor proposta, além do que, no mais, a empresa não preenche todos os requisitos legais.

III – PRELIMINARMENTE: RESPONSABILIDADE DA COMISSÃO DA LICITAÇÃO E PREGOEIRO.

Cumprir alertar essa edilidade, que os membros da comissão de licitação têm responsabilidade direta na aceitação ou não dos preços ofertadas, principalmente no que se refere à proposta mais vantajosa para a administração. Essa responsabilidade e suas possíveis sanções decorrem, em regra, da violação de um dever jurídico a que estava submetido o agente administrativo.

A comissão é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de **receber, examinar e julgar**

documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, tendo a mesma função o pregoeiro.

O TCU, em decisões recentes, é claro na reponsabilidade do pregoeiro nos processos licitatórios:

“Assertiva de *pregoeiro*, em sede de esclarecimentos, tem efeito vinculante para os participantes da *licitação*. A inobservância, pelo *pregoeiro*, da vinculação de sua resposta ao instrumento convocatório pode levar a sua responsabilização perante o TCU. Acórdão 915/2009-Plenário | Relator: JOSÉ JORGE ÁREA: Responsabilidade | TEMA: *Licitação* | SUBTEMA: Pregão Outros indexadores: Vinculação, Edital de *licitação*, *Pregoeiro*.”.

“É dever do responsável por conduzir *licitação* no âmbito da Administração, a partir de impugnação ao edital apontando a existência de cláusulas restritivas à competitividade do certame, realizar a revisão criteriosa dessas cláusulas, ainda que a impugnação não seja conhecida. O agente público tem o dever de adotar providências de ofício com vistas à correção de eventuais ilegalidades que cheguem ao seu conhecimento. Acórdão 7289/2022-Primeira Câmara | Relator: VITAL DO RÊGO ÁREA: *Licitação* | TEMA: Edital de *licitação* | SUBTEMA: Impugnação Outros indexadores: Comissão de *licitação*, Revisão de ofício, Restrição, Competitividade, *Pregoeiro* Publicado: Informativo de Licitações e Contratos nº 447 de 01/11/2022; Boletim de Jurisprudência nº 423 de 31/10/2022.”.

“A prática de atos irregulares por *pregoeiro* pode ensejar a anulação da autoridade que homologou o certame, quando tais irregularidades são facilmente constadas a partir da análise isolada da ata do pregão. Acórdão 3785/2013-Segunda Câmara | Relator: JOSÉ JORGE ÁREA: Responsabilidade | TEMA: *Licitação* | SUBTEMA: Homologação Outros indexadores: Pregão, *Pregoeiro* Publicado: Informativo de Licitações e Contratos nº 158”.

Dessa forma, conforme determina a legislação, o agente administrativo, no exercício da função de membro de comissão permanente de licitação, responde diretamente por atos praticados em desacordo com a lei, e com o objetivo de frustrar os objetivos da licitação que é a obtenção da proposta mais vantajosa ao ente público, devendo atuar de forma impessoal com o objetivo nuclear de ser devidamente julgada a proposta da forma mais vantajosa à administração pública observado o princípio da vinculação ao edital e o princípio da legalidade.

IV – DO MÉRITO

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, a Comissão Julgadora/Pregoeiro não pode criar novos critérios de julgamento sem observância ao disposto no edital.

Logo, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas e da documentação, seja **o mais objetivo possível**, nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Isso sem contar a necessidade de perpetuação de tal vinculação durante toda a execução do contrato.

Portanto, requer a inabilitação e, também, a sua devida desclassificação no presente processo licitatório da empresa ora vencedora.

V – DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, **REQUER:** 1) O recebimento do presente recurso, em seu efeito suspensivo; 2) Seja julgado totalmente procedente o presente recurso, para fins de rever a decisão de Inabilitação e também desclassificação da empresa ganhadora.

Novo Hamburgo, 06 de Junho de 2025.

HAMBURGO CANTINA LTDA-ME